

CONCURSO PÚBLICO, DE PROVAS E TÍTULOS, PARA OUTORGA DE DELEGAÇÕES DE TABELIONATOS E DE REGISTROS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - EDITAL 2/2015.

REMOÇÃO

PROVA ESCRITA E PRÁTICA

Leia com atenção as instruções a seguir:

- Você está recebendo do fiscal de sala, além deste caderno de rascunho contendo 1 (um) tema para dissertação, 1 (uma) proposta para uma peça prática e 4 (quatro) questões discursivas, um caderno destinado à transcrição dos textos definitivos das respostas. O texto da Dissertação deverá ter até 60 (sessenta) linhas; a peça prática a ser elaborada deve conter até 60 (sessenta) linhas e as respostas às questões discursivas devem ser apresentadas em até 15 (quinze) linhas.
- Ao receber o caderno de textos definitivos e este caderno para rascunho você deve:
 - a) verificar se o critério de ingresso constante da capa deste caderno de rascunho coincide com o registrado em seu caderno de textos definitivos;
 - b) conferir seu nome, número de identidade e número de inscrição;
 - c) comunicar imediatamente ao fiscal da sala qualquer erro encontrado no material recebido;
 - d) ler atentamente as instruções de preenchimento do caderno de textos definitivos;
 - e) assinar o caderno de textos definitivos, no espaço reservado, com caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta.
- As questões discursivas são identificadas pelo número que se situa acima do seu enunciado.
- Durante a aplicação da prova **não** será permitido:
 - a) qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
 - b) empréstimo de material;
 - c) levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
 - d) portar aparelhos eletrônicos, tais como telefone celular, *beep*, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *pen drive*, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio digital, *tablet*, *mp3*, etc., bem como relógio de qualquer espécie, óculos escuros ou qualquer acessório de chapelaria, como chapéu, boné, gorro, etc., e ainda lápis, lapiseira, borracha, caneta hidrográfica fluorescente ou corretivo de qualquer espécie.
- Será considerada nula e não será pontuada a prova cuja resposta estiver fora do lugar especificamente indicado para tal finalidade, conforme subitem 14.5.2 do edital.
- Na prova Escrita e Prática, é permitida a consulta apenas a textos de legislação pertinentes às matérias sobre as quais versará a prova, desacompanhado de jurisprudência, súmulas, exposições de motivos, anotações ou comentários, conforme subitens 14.7 a 14.7.2 do edital.
- A CONSULPLAN realizará a coleta da impressão digital dos candidatos na lista de presença.
- **Não** será permitida a troca do caderno de textos definitivos por erro do candidato.
- O tempo disponível para esta prova será de 4 (quatro) horas, já incluído o tempo para preenchimento do caderno de textos definitivos.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as respostas constantes do caderno de textos definitivos.
- O candidato somente poderá retirar-se do local de aplicação **após decorridas 2 (duas) horas do início da prova**, momento a partir do qual poderá levar consigo o **caderno de rascunhos** (Prova Escrita e Prática). Quando terminar sua prova, entregue **obrigatoriamente** o caderno de textos definitivos devidamente preenchido e assinado ao fiscal de sala.
- Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos, após entregarem ao fiscal de aplicação os documentos que serão utilizados na correção das provas. Esses candidatos poderão acompanhar, caso queiram, o procedimento de conferência da documentação da sala de aplicação, que será realizada pelo Coordenador da unidade, na coordenação do local de provas. Caso algum desses candidatos insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo fiscal de aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo fiscal de aplicação da sala e pelo Coordenador do local de provas.
- Boa prova!

***ATENÇÃO:** ANTES DE INICIAR A PROVA, VERIFIQUE SE TODOS OS SEUS APARELHOS ELETRÔNICOS FORAM ACONDICIONADOS E LACRADOS DENTRO DA EMBALAGEM PRÓPRIA. CASO, A QUALQUER MOMENTO, DURANTE A REALIZAÇÃO DO EXAME, VOCÊ SEJA FLAGRADO PORTANDO QUAISQUER EQUIPAMENTOS PROIBIDOS PELO EDITAL, SUAS PROVAS PODERÃO SER **ANULADAS**, ACARRETANDO EM SUA **ELIMINAÇÃO** DO CERTAME.

DISSERTAÇÃO

O periódico “El País – Brasil” publicou em 27 de junho de 2016: “Governo brasileiro teme ‘efeito Oi’ no mercado. Nos primeiros cinco meses deste ano, o número de pedidos de recuperações judiciais foi quase o dobro (95,1% maior) do que o registrado no mesmo período do ano passado”.

(Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/23/economia/1466714653_565261.html.)

À luz da Constituição da República de 1988 e da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, disserte acerca dos princípios constitucionais não escritos da Função Social e da Preservação da Empresa, relacionando-os com os institutos da Recuperação Judicial, Extrajudicial e da Falência, fazendo um paralelo com a manutenção dos interesses dos credores, na satisfação do crédito.

(Valor: 3,00)

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

TRASCUNTO

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

PARAGUAIANO

PEÇA PRÁTICA

“Erasmus, brasileiro com 59 anos, cego, viúvo, sem descendentes e ascendentes vivos, vive sozinho, portanto sem qualquer relacionamento e é proprietário de vários bens. Faz pouco tempo que ficou sabendo ser portador de doença incurável, que pode lhe ceifar a vida a qualquer instante. A sua vontade é deixar, por ocasião de sua morte, a casa da Rua das Couves, 51, para Maria Clara, sua vizinha; dois apartamentos, de números 1 e 2, do Edifício São Sebastião, para Cleide Maria, sua parceira de dança de salão; um prédio comercial e residencial na Avenida Afonso Pena, 2090, para Elena, a enfermeira que lhe presta atendimento no posto de saúde do bairro; e o restante dos seus bens para a Casa de Saúde do Bom Pastor. Quer que todos os bens fiquem gravados com a cláusula de inalienabilidade, tal como previsto no art. 1.911, *caput*, do Código Civil. Para isso, procura o tabelião de notas de sua confiança e, por notícia deste, comparece em cartório com as testemunhas José e João. Oportunamente, esclarece, ainda, ao tabelião a sua vontade de revogar um testamento anteriormente feito.”

Diante do quadro, você é o tabelião de notas procurado, com serventia instalada na capital do Estado de Minas Gerais. Lavre o ato notarial pretendido ou justifique a impossibilidade de fazê-lo, fundamentadamente.

(Valor: 3,00)

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

TRASCUNTO

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

PARAGUAIANO

QUESTÃO 1

“Tício foi condenado a uma pena de três anos de detenção, em regime inicial aberto, pela prática do crime previsto no art. 121, §3º, do Código Penal, bem como foi condenado a uma pena de dois anos e oito meses de reclusão, em regime inicial aberto, pela prática do crime previsto no art. 155, §5º, c/c art. 14, II, do Código Penal. Os crimes foram praticados em concurso material, o que foi reconhecido na sentença, que transitou em julgado, no dia 16 de maio de 2016.”

Nos limites do enunciado e, observado o Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940), indique, entre as penas acima, qual será executada em primeiro lugar. Justifique sua resposta.

(Valor: 1,00)

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

QUESTÃO 2

Explique, justificadamente, a hipótese de reconhecimento do ato de improbidade praticado mediante culpa *strictu sensu*, em face dos preceitos da Lei nº 8.429, de 02/06/1992.

(Valor: 1,00)

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

QUESTÃO 3

Determinada entidade fechada de previdência social privada pretende se enquadrar no conceito de instituição de assistência social para se valer da imunidade prevista no art. 150, VI, “c” da Constituição Federal. Para tanto, declara não ter fins lucrativos, ser mantida por uma sociedade anônima e também receber contribuição anual dos beneficiários.

A referida entidade terá direito à imunidade prevista no art. 150, VI, “C” da Constituição Federal? Fundamente sua resposta.

Obs.: não é necessário considerar outros fatores, mas apenas os descritos acima.

(Valor: 1,00)

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

QUESTÃO 4

Indique os vícios de sentença proferida em primeiro grau de jurisdição, se inobservado o disposto no artigo 492, do NCPC, e aponte as consequências em face de suas respectivas características e/ou medidas que o Tribunal pode adotar em sede de eventual apreciação recursal, excluída a possibilidade de aplicação da teoria da causa madura.

(Valor: 1,00)

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

